



# A RELIGIÃO NA DISPUTA PELO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

## RELIGION IN THE DISPUTE OVER THE PROFESSIONAL PROJECT OF SOCIAL WORK

Alan de Loiola Alves <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a presença da religião no Serviço Social, analisar a influência dela no processo de institucionalização, legitimação e renovação da profissão, como também identificar se depois do processo de intenção de ruptura a religiosidade se encontra presente na profissão. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório e pautado na revisão da literatura. O texto aponta que a religião esteve presente na disputa por um projeto profissional desde sua gênese até a atualidade com a ascensão do neoconservadorismo, sendo necessário enfrentar esse posicionamento e defender o projeto ético-político na direção de um modelo societário diferente da ordem burguesa.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Religião. Conservadorismo. Neoconservadorismo.

**Abstract:** This article aims to reflect on the presence of religion in social work, analyze its influences on the processes of institutionalization, legitimization and renewal of the profession, as well as identify whether, after the intention to break away from it, religiosity is still present in the profession. The methodology used was exploratory study based on a literature review. The text points out that religion has been present in the struggle for a professional project since its inception to the present day, with the rise of neoconservatism, making it necessary to confront this stance and defend the ethical-political project towards a societal model different from the bourgeois order.

**Keywords:** Social Work. Religion. Conservatism. Neoconservatism.

---

**1** Graduado em Serviço Social (pela PUC-RIO), Mestre em Serviço Social (pela PUC-RIO) e Doutor em Serviço Social (pela PUC-SP). Atualmente é professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8405967537305640>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3089-7619>. E-mail: [profalanloiola@gmail.com](mailto:profalanloiola@gmail.com)



## Introdução

A religiosidade no Brasil ainda se encontra inserida na agenda política nacional, inclusive sendo lema de campanha para pleito dos governos municipais, estaduais e federal, como também pauta no debate da política educacional, segurança, saúde e assistência social, rebatendo diretamente no cotidiano profissional dos e das Assistentes Sociais.

A relação do Serviço Social com a religiosidade no Brasil não é nova, pois existe desde a gênese da profissão, especificamente com a Igreja Católica, que foi responsável pelo ideário e pela formação dos primeiros assistentes sociais. No entanto, a influência da religiosidade na atualidade não é somente católica, mas também protestante, especialmente através das igrejas neopentecostais, projetando assim posturas, comportamentos, atitudes e práticas neoconservadoras.

Vale destacar que religiosidade não é sinônimo de cristianismo, já que existem outras religiões, crenças e doutrinas. Todavia, a realidade social brasileira apresenta esta orientação de forma hegemônica, seja católica ou protestante.

Diante do exposto surgiram diversas indagações: Como foi a influência da religião na gênese, nos fundamentos e no trabalho, do Serviço Social no Brasil? Quando e como o Serviço Social rompeu com a influência da Igreja? E, a religião encontra-se presente no Serviço Social na contemporaneidade?

Desse modo, este artigo tem como objetivos refletir sobre a presença da religiosidade no Serviço Social, analisar a influência da Igreja Católica no processo de institucionalização e legitimação da profissão no país, identificar a presença da religião no processo de renovação da profissão, e também identificar se depois do processo de intenção de ruptura a religiosidade se encontra presente na profissão.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho que aqui se apresenta foi construído com base no método crítico-dialético, recorrendo a uma metodologia com abordagem exploratória, qualitativa, tendo como procedimento metodológico a revisão de literatura com as obras maestras dos fundamentos históricos teóricos e metodológicos do Serviço Social e pesquisas que analisaram a influência da religião na profissão depois de 2014, quando assolaram ações antidemocráticas no país. Este recurso possibilitou as reflexões e posicionamentos que nestas breves linhas serão expostas.

Para avançar o debate de tal questão tão complexa, este artigo está estruturado em 3 seções. A primeira trata da relação da gênese do Serviço Social com a igreja católica, destacando a formação e o ideário das primeiras Assistentes Sociais com base no catolicismo. Já o segundo tópico apresenta o processo de legitimação da profissão através da inserção da divisão social, sexual e racial do Trabalho, ressaltando a relação feita pelos Assistentes Sociais da teoria conservadora positivista com a doutrina da Igreja Católica, como também ele apresenta o processo de renovação do Serviço Social. E a última seção trata do processo de ruptura com o conservadorismo da profissão na contemporaneidade e a ameaça do projeto ético-político com a presença do neoconservadorismo e da religiosidade na contemporaneidade.

## A relação da gênese do Serviço Social com a Igreja Católica

A institucionalização do Serviço Social na década de 1930 no Brasil se deu por meio do Estado e com a burguesia, vinculada à ação social da Igreja Católica, com o propósito de enquadrar e controlar as classes subalternas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). Esse processo tinha como base a Doutrina Social, que entendia a “questão social”<sup>1</sup> como problemas sociais derivados da falta de moral na sociedade moderna, já que os homens se afastaram de Deus.

Cabe ressaltar que a “questão social” “[...] encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais”, conforme aponta Iamamoto (2001, p.10).

<sup>1</sup> Vale destacar que a recristianização da sociedade no Brasil incluiu a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC, que apoiava os candidatos que apoiavam as causas da Igreja, como por exemplo, indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo e assistência religiosa nas Forças Armadas, hospitais e penitenciárias (AGUIAR, 1995).

Neste estudo, entende-se como “questão social”

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p.27),

Todavia, de acordo com Yazbek (1980, p.30) apoiada na definição de Van Acker, a “questão social” para a igreja era “[...] o que se refere à natureza, causas, efeitos e remédios dos males generalizados da sociedade moderna”.

Esta concepção orientou as principais protoformas do Serviço Social, o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS (1932) em São Paulo e a Semana de Ação Social do Rio de Janeiro (1936), que foram responsáveis pelos primeiros cursos superiores da profissão no país. Ambas protoformas eram pautadas na Ação Católica tendo como projeto societário a recristianização da sociedade<sup>2</sup>.

O CEAS tinha como objetivos, segundo Yazbek (1980, p.29),

[...] difundir a doutrina e a formação sociais pregadas pela igreja Católica. Dentro dessa finalidade, o CEAS visará principalmente: a) tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais; b) adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.

A Ação Católica no Rio de Janeiro se desenvolveu com a Semana de Ação Social em 1936, sendo organizada pela hierarquia da Igreja, cúpula do movimento laico sob orientação do Padre Belga – Valére Fallon e tendo na comissão de honra a Darcy Vargas. Nesta semana a Igreja reclamava a liberdade para desenvolver sua ação social e o Estado destacava o princípio de cooperação entre Igreja – burguesia – Estado para tutelar a classe trabalhadora (AGUIAR, 1995).

As primeiras escolas de Serviço Social se propunham uma formação científica, técnica, prática, pessoal e doutrinária para as alunas e exigiam que elas tivessem como “qualidades naturais”: “[...] o ideal de fazer o bem; devotamento e desinteresse pessoal; critério e senso prático de ação social” (YAZBEK, 1980, p.38).

Desse modo, destaca-se que a formação dos Assistentes Sociais nesse momento era pautada na moral cristã, pois tanto a base científica, filosófica como técnica eram sustentadas pelas idéias e conteúdos doutrinários do pensamento social católico. Desse modo, a profissão já nascia se colocando contrária à neutralidade, pois se posicionava a favor da doutrinação.

O doutrinário, como ressalta Yazbek (2009b), não é uma teoria social, não está vinculado a nenhuma ciência, porém penetra na consciência coletiva como referencial e visão de mundo fundamentado na fé e em dogmas.

Com esta perspectiva foi institucionalizado o Serviço Social no Brasil e na América Latina, como plano de divulgação da Ação Católica no mundo como pregava a União Católica Internacional de Serviço Social – UCISS, que enfatizava a necessidade, o alcance e a eficiência do Serviço Social para a divulgação e orientação da doutrina da Igreja Católica, como aponta Martinelli (2003).

Assim sendo, as diretrizes básicas da profissão na sua gênese eram fundamentadas nas Encíclicas Papais, Rerum Novarum (1891)<sup>3</sup> e Quadragésimo Anno (1931)<sup>4</sup>, que buscavam fortalecer

2 Vale destacar que a recristianização da sociedade no Brasil incluiu a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC, que apoiava os candidatos que apoiavam as causas da Igreja, como por exemplo, indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo e assistência religiosa nas Forças Armadas, hospitais e penitenciárias (AGUIAR, 1995).

3 A Rerum Novarum funcionava como guia, que reconhecia a situação precária e a exploração da força de trabalho vivenciada pelos operários no final do século XIX na Europa, porém considerava a desigualdade como conveniente e recusava a luta de classe, tendo como intuito combater o socialismo e acomodar a condição humana, realizando assim a conciliação entre as classes por meio do associativismo, pregando (CASTRO, 1993)

4 O Quadragésimo Anno tinha como objetivo responder o paganismo e secularização que crescia na Europa e na América Latina recomendando a educação cristã aos jovens e operários, destacando a criação dos Centros de Formação Superior com práticas inspiradas nas exigências da ordem burguesa (CASTRO, 1993)

e consolidar o poder da Igreja por meio da propagação da ideologia de conciliação de classes, reforçando a questão da moral e a necessidade de uma educação familiar, no qual, como afirma Castro (1993), fortaleceram a burguesia e prejudicaram os trabalhadores. Esta concepção de mundo pregada pelas encíclicas papais formou as bases éticas e políticas dos primeiros Assistentes Sociais, que tinham como projeto profissional e societário a moral cristã da Igreja Católica para restaurar a sociedade.

Em função desta perspectiva, as pioneiras do Serviço Social tinham como pressuposto doutrinário o neotomismo, que abordava os aspectos constitutivos da pessoa humana em um horizonte metafísico, caminhando para a vida eterna. Neste sentido, entendia-se o homem como sendo composto por corpo, alma e espírito, porém incompleto, já que necessita da sociedade para cumprir sua finalidade (GUEDES, 2002).

O neotomismo estruturava o ideário do projeto societário das primeiras Assistentes Sociais, recusando e tentando combater o comunismo e o liberalismo, pois acreditavam que ambos não pregavam o bem comum, mas sim provocavam uma crise na vida espiritual, fazendo os homens se afastarem de Deus, perdendo a dimensão da eternidade, como também eram responsáveis pela desarmonia entre classes sociais e pelas incertezas da sociedade política (GUEDES, 2002).

Desse modo, o exercício profissional das Assistentes Sociais pioneiras era direcionado para a intervenção junto aos chamados “indivíduos desajustados”, com o propósito de ajustamento social para as condições de uma “vida normal”, através de ações pseudo “educativas” para uma ordem moral.

Conforme aborda Yazbek (2009a), as Assistentes Sociais na fase inicial da profissão trabalhavam para reformar o caráter dos indivíduos, tratando a família, indicando os valores e comportamentos adequados, com o intuito de integrá-los à sociedade, tendo um caráter de apostolado, moralizante e conservador.

## **O conservadorismo e a religiosidade na legitimação da profissão até o processo de renovação**

A partir da década de 1940 a profissão passa a ser legitimada ao ingressar na divisão social, sexual e racial do Trabalho, tornando-se assalariada, em função da ampliação do mercado de trabalho com a criação das grandes instituições socioassistências (Legião Brasileira de Assistência - LBA, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Social da Indústria – SESI, Fundação Leão XII e Previdência Social), ficando atrelada ao Estado e ao Empresariado, executando as políticas sociais desenvolvidas para dar conta de um projeto burguês de sociedade, atendendo assim à lógica do capitalismo monopolista.

A legitimação da profissão através da inserção na Divisão Social do Trabalho trouxe para o Serviço Social a tecnificação, suporte teórico positivista, a busca por padrões e eficiência por meio do diagnóstico e planejamento, com ações ajustadoras e manipuladoras, e até a intenção de romper com as bases confessionais. Entretanto, o que ocorreu foi a conciliação entre “[...] os fundamentos da filosofia cristã com uma proposta política que legitimasse o capitalismo”, como destaca Andrade (2008, p.274). Assim sendo, a profissão se adaptou à necessidade do projeto societário através do “arranjo teórico – doutrinário – operativo,” como destaca Iamamoto (2011, p.28).

A influência da Igreja Católica no Serviço Social é expressada neste período com a implementação do primeiro Código de Ética de 1947, que coloca, entre outras coisas, a Lei de Deus como a que rege a vida humana, sendo considerado na Seção I dos Deveres Fundamentais do Assistente Social

Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a Lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus (CFESS, 2023a, p.1)

Com base nisto, identifica-se que a influência da Igreja Católica no Serviço Social continuou

presente no ideário, no discurso e no exercício profissional, permanecendo os aspectos morais e individuais, sendo extremamente conservadora, pois também explicava a realidade social pelo prisma da imediaticidade, regularidade, fragmentação, verificação e experimentação, que são características do positivismo.

O Serviço Social, já consolidado, passa na década de 1950 a ter presença significativa no desenvolvimento nacional, em função do projeto desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek sob orientação e relação com os Estados Unidos. Em função disto, o Serviço Social passa a atuar com Desenvolvimento de Comunidade – DC com uma visão acrítica e aclassista (SILVA, 2009).

Todavia, como destaca Iamamoto (2011), no final da década de 1950 um pequeno grupo de Assistentes Sociais começaram a questionar o status quo e a própria profissão, sendo influenciados pelos cristãos de esquerda, ou seja, pela Teologia da Libertação.

De acordo com Semeraro (2017), alguns setores de cristãos, motivados pelas suas crenças religiosas e sob influência marxista, começaram a se posicionar politicamente a favor da classe trabalhadora e dos grupos subalternos, denunciando as injustiças sociais, especificamente longa história de colonialismo, escravidão e dominação, assim como criticando as formas tradicionais e conservadoras da religião, surgindo assim uma “igreja popular” impulsionada pela Teologia da Libertação.

O pensamento da igreja popular de esquerda influenciou um grupo pequeno de Assistentes Sociais, os chamados por Silva (2009) como mudancistas. Este grupo de Assistentes Sociais trabalhava com o Desenvolvimento de Comunidade com uma visão diferente das tradicionais, pois tinha uma visão crítica e classista, em sendo que buscava a conscientização e politização da população, lutando pela hegemonia das classes subalternas, atuando junto aos movimentos sociais populares, especialmente nas áreas da educação e da cultura.

Com base nisto, a conjuntura profissional era marcada por dois grupos com projetos profissionais e societários distintos: os conservadores e os mudancistas, como aponta Silva (2009). Neste sentido, identifica-se ainda a influência da Igreja Católica no ideário, no discurso e no exercício profissional, seja pela via doutrinária para atender o projeto de sociedade burguesa ou pelo cunho crítico e transformador com base em um novo projeto societário, porém ambos sob orientações religiosas cristãs.

Entretanto, como destacam Iamamoto (2011) e Silva (2009), o grupo de assistentes sociais vinculados à Teologia da Libertação teve que refluir em função da ditadura militar e civil, que implementava uma política de desenvolvimento com segurança, repressora e violenta, fazendo com que a maioria da profissão reatualizasse o conservadorismo.

Deste modo, com o intuito de atender às necessidades do capitalismo monopolista ditatorial da época, a profissão procurou se renovar, realizando uma modernização conservadora, ou seja, mudando o discurso e os métodos de ação. No entanto, o que ocorreu na verdade foi: aperfeiçoamento dos instrumentos, padrões de eficiência, burocratização das atividades institucionais, tecnificação e uma prática psicologizante e paternalista autoritária (IAMAMOTO, 2011 e NETTO, 2009).

A perspectiva modernizadora no processo de renovação do Serviço Social teve seu momento áureo com os Congressos de Araxá (1968) e Teresópolis (1970), organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio do Serviço Social – CBCISS, que tiveram como tema central, respectivamente, a Teorização da Profissão e a Concepção Científica da Prática do Serviço Social e Aplicação da Metodologia do Serviço Social, chamando atenção para realidade social brasileira e para os níveis de micro e macro atuação. No entanto, não se aprofundaram em nenhuma teoria e ainda reforçaram a base positivista-funcionalista e práticas corretivas, preventivas e promocionais junto aos chamados indivíduos com desajustamentos familiares e sociais (NETTO, 2009).

Além da profissão se aproximar ainda mais das ciências sociais conservadoras, ela reforçou o arranjo teórico-doutrinário, pois se utilizava da ideologia e discurso metafísico-aristotélico-tomista, no qual a visão do ser social inteligível e a possibilidade de reformar a sociedade mudando os hábitos, atitudes e comportamentos da população continuava presente. Assim sendo, mesmo buscando o distanciamento do assistencialismo e da prática caritativa, a influência da Igreja Católica continuou presente.

A presença da Igreja Católica na profissão neste período, especificamente em 1975, aparece claramente no Terceiro Código de Ética, pois se situa nos marcos do humanismo cristão e do desenvolvimentismo, reiterando a necessidade de que o profissional fosse católico, e reforça o exercício profissional com uma visão individual e endógena, pois, como já consta na Introdução deste Código: “O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana [...] como o centro, objeto e fim da vida social” (CFESS, 2023b, p.2).

Todavia, a perspectiva modernizadora do Serviço Social passa a ser questionada em meados da década de 1970, em função de uma grande crise na estrutura do modelo econômico vigente. Anderson (1995) destaca que esta crise acarreta uma longa e profunda recessão e estagnação da produção de bens, causando um aumento na taxa de inflação no mundo, aumentando os valores dos preços dos produtos, provocando instabilidade monetária para os papéis capitalistas, queda de produtividade e por consequência, diminuição de circulação de dinheiro. Em função desta crise, a ditadura brasileira começa a entrar em declínio, iniciando-se assim o processo de redemocratização do País, afetando também o Serviço Social.

Neste momento, de forma local, já começa a intenção de ruptura com o conservadorismo, pois em Belo Horizonte um grupo de jovens profissionais da Universidade Católica de Minas Gerais criaram o Método de BH (1972 e 1975), realizando uma crítica ideológica, uma denúncia epistemológica e recusando as práticas tradicionais, como também propuseram um novo currículo de formação profissional, sugerindo uma nova referência à realidade social, criatividade e globalização. Todavia, este Método não conseguiu ter continuidade, pois estes profissionais foram demitidos, não conseguindo assim superar a defasagem teórica, sendo isto considerado por Netto (2009) “Marxismo sem Marx”.

No entanto, no âmbito nacional, o CBCISS no final dessa década promoveu o 3º Congresso de Teorização de Serviço Social, isto é, o Congresso de Sumaré (1978), que promoveu a discussão sobre a cientificidade, fenomenologia e dialética. Como aponta Faleiros (2005), abriu-se espaço para o pluralismo na profissão.

Todavia, Netto (2009) faz a crítica ao Seminário de Sumaré destacando a falta de aprofundamento teórico; porém, este evento consistiu no deslocamento da perspectiva modernizadora para a reatualização do conservadorismo no Serviço Social, inserindo a fenomenologia na profissão.

De acordo com Pavão (1981, p.16),

[...] a fenomenologia, assim, é o estudo do que surge à consciência como fenômeno, no sentido de explorar e descrever a essência desse fenômeno. Ele é apresentado e revelado à consciência, e no qual se pensa e do qual se fala, evitando suposições, tanto sobre a relação que o liga ao ser do qual ele é fenômeno, como sobre a relação que liga à consciência para quem ele é fenômeno.

Netto (2009, p.157) analisa a fenomenologia debatida no Seminário de Sumaré como reatualização do conservadorismo, sendo a volta do passado com um “verniz de modernidade”, consistindo numa “[...] visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional” e se opondo ao pensamento positivista e marxista.

Deste modo, nota-se ainda a influência da Igreja Católica no ideário e na relação teórica e no exercício profissional dos Assistentes Sociais, mesmo no momento em que buscavam a renovação da profissão no Brasil.

Entretanto, neste final da década de 1970, mais especificamente em setembro de 1979, aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, conhecido como Congresso da Virada. Este evento marca o processo de renovação do Serviço Social através da perspectiva crítica, uma vez que seu intuito era o de romper com a herança conservadora, reconhecendo as contradições existentes na sociedade e na profissão, propondo assim agregar-se aos movimentos sociais e classe trabalhadora para a construção de um novo projeto societário.

## Do processo de ruptura à presença do neoconservadorismo religioso

A mudança de paradigma da profissão posta no Congresso da Virada possibilitou para o Serviço Social a aproximação efetiva com a teoria marxista no início da década de 1980. Isto, como aponta Yazbek (2009b), possibilitou apreender o Ser Social a partir de mediações. E, como destaca Barroco (2003), o ser social é capaz de agir conscientemente, de forma livre e universal.

Neste período a profissão no Brasil torna-se madura em virtude da sua organização política e acadêmica, assumindo um compromisso e um posicionamento a favor da classe trabalhadora, reconhecendo as contradições existentes na sociedade capitalista, na política social e na própria profissão. Além disso, identifica-se que o objeto da sua atuação é a “questão social” e suas manifestações, mas não mais como fruto da falta de moral e como problema de ordem religiosa, e sim como processo de acumulação do capital e exploração do trabalho dentro da sociedade capitalista, o que provoca a luta de classes e, como destaca Yamamoto (1998), produz tensões entre desigualdade e resistência.

Vale salientar que nesse período, a conjuntura social brasileira era marcada pelo processo de democracia popular, através da efervescência das lutas dos movimentos sociais e sindicais, culminando no final da ditadura militar e civil em 1985 e na promulgação da Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecer os direitos das mulheres, negros, indígenas, crianças, adolescentes e idosos, como também instituiu a Seguridade Social e estabeleceu a laicização do Estado.

Na transição da década de 1980 para 1990 a perspectiva teórico-metodológica marxista tornou-se hegemônica no Serviço Social e a profissão, então fundamentada, construiu um projeto profissional, reconhecendo o pluralismo, estabelecendo a liberdade como valor central e tendo como dimensão política o posicionamento

[...] a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006, p.16).

A profissão mudou de paradigma, se posicionando e lutando por um projeto societário democrático, laico e vinculado aos interesses da classe trabalhadora, diferentemente do projeto de sociedade conservadora emoralizante justificado pelos valores burgueses que perdurava na profissão desde sua gênese. Esta mudança se expressa no projeto ético-político do Serviço Social, que é materializado no Código de Ética de 1993, na lei que regulamenta a profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1996).

Entretanto, Netto (2006) chama atenção para a ameaça da hegemonia do projeto ético-político em decorrência da ofensiva neoliberal, que ganha força no país em meados na década de 1990, em virtude do agravamento da crise do capital que assolava o sistema capitalista desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

O neoliberalismo se insere em um capitalismo avançado. Apesar de a formulação ter acontecido no final da década de 1940, encontra campo fértil para entrar na década de 1970, aparecendo como ideário capaz recuperar a economia dos países centrais por meio da disciplina orçamentária, priorizando a privatização, instaurando taxa de desemprego massivo e fazendo reformas fiscais e reduções de impostos. Também, o Estado assume como política a contenção de gastos na esfera social, desmantelando a Seguridade Social e implantando políticas sociais fragmentadas, seletivas e focalizadas, pautadas na refilantropização e terceirização do social (IAMAMOTO, 2011).

Neste quadro tem-se o agravamento da “questão social” e suas expressões, ou seja, aumento da pobreza e da violência, que vão incidir na insegurança coletiva, na recusa dos espaços coletivos e o descrédito político; todavia, na valorização da esfera privada, do individualismo, do consumismo,

do autoritarismo e da judicialização da pobreza.

Neste período o neoliberalismo se agrega com o conservadorismo reatualizado, reforçando as abordagens moralizadoras, familistas e punitivistas presentes nos dogmas cristãos, instituindo firmemente o neoconservadorismo.

De acordo com Barroco (2015, p. 624)

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

O sucesso do neoliberalismo avançou para o ultraneoliberalismo, como salientam Freire e Cortes (2020), indo além do processo do Estado mínimo com o enxugamento dos investimentos sociais, a desregulamentação financeira e o processo de privatização, uma vez que promove ideológica e politicamente a retirada dos direitos sociais. Nesse aspecto, afirma-se que o ultraneoliberalismo penalizou ainda mais as mulheres, as crianças, os adolescentes, os jovens, os idosos, os negros, os povos originários, a população Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais - LGBTQIAPN+<sup>5</sup> assim como a classe-que-vive-do-trabalho.

Vale ressaltar que, atrelado à retirada dos direitos sociais, cresceram propostas, medidas e ações de cunho moralizante e doutrinário para os chamados “imorais” e “desajustados”, como por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 181/2015, que criminaliza o aborto mesmo em caso de estupro e risco de morte da mulher; a PEC 33/2012 sob a redução da maioria penal; o Projeto de Lei N.º 10.577/2018 que proíbe uma suposta disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas do Brasil; a autorização do Supremo Tribunal de Justiça para o ensino confessional nas escolas públicas e a autorização do judiciário para a prescrição do tratamento da homossexualidade pelos psicólogos. Reverberando um pseudo lema político “O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

Além disso, o Estado com cunho neoliberal e ultraneoliberal tem transferido o atendimento das sequelas da “questão social” para a sociedade civil, especificamente as ações socioassistenciais para instituições e entidades com cunho religioso, sejam católicas, protestantes, neopentecostais, espíritas, judaicas, umbandistas ou candomblecistas, predominando instituições cristãs (católicas ou protestantes) com caráter conservador e doutrinário.

Neste sentido, as religiões têm assumido ações socioassistenciais em relação à população em situação de rua, crianças e adolescentes e dependentes químicos, sob ideologias e orientações moralizantes e individualizantes, desconsiderando a totalidade e as dimensões da sociedade capitalista.

Segundo Barroco (2011, p.213), a “[...] ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade”.

A ideologia neoconservadora também incide diretamente no mercado de trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais, na formação e no trabalho profissional dos assistentes sociais; afinal, a profissão não está alheia aos rebatimentos e movimentos da sociedade capitalista, reintroduzindo a disputa pelo projeto profissional.

Nesse sentido, identifica a abordagem neoconservadora no campo de disputas dos projetos societários e dos projetos profissionais em curso, atendendo às demandas do processo de sociabilidade burguesa, mantendo, potencializando e conservando o poder dos detentores da ordem do capital. Neste campo, Cisne, Cantalice e Araújo (2020) trazem “Serviço Social Libertário” e as “23 teses” como duas correntes que desconsideram as lutas de classes e pregam o resgate das

5 O termo LGBTQIAPN+ é usado para identificar a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais, como categorias de representação política.

bases do processo de institucionalização e legitimação da profissão, defendendo a manutenção da centralidade no ser humano e o fim da teoria social crítica. Acrescenta-se aqui, ainda, que o segundo material sai em defesa da relação entre a ciência e a religião, conclamando os fenômenos e os princípios cristãos como categoria social.

Além disso, esse discurso aparece no exercício profissional de alguns Assistentes Sociais no seu cotidiano profissional através de posicionamento moralista em relação às manifestações da “questão social”, como por exemplo, aborto, identidade de gênero e famílias monoparentais e homoafetivas. Neste aspecto, a religiosidade aparece como argumentação para negar ou tirar os direitos dos cidadãos vide a fala de um dos sujeitos da pesquisa realizada por Batista e Coelho (2015) com Assistentes Sociais do município de Mossoró/RN para identificar a influência religiosa no exercício profissional.

Eu, particularmente tenho pessoas que eu amo de paixão, tenho homossexuais que são do meu coração, mas eles sabem que eu... eles sabem que a gente é crente e tudo... eu gosto deles, mas assim, quando fala do casamento eu não sou a favor (Entrevista à autora 1 em 24/ set./ 2014) (BATISTA e COELHO, 2015, p.8).

A pesquisa realizada por Quintão (2016)<sup>6</sup> também corrobora com esse posicionamento, destacando que

Em relação à união civil homoafetiva, todos os assistentes sociais que se posicionaram contrários são evangélicos. Já em relação à adoção por casais homoafetivos, entre os assistentes sociais que se posicionaram contrariamente, a maioria é evangélica e os demais são católicos. Em relação à transgenitalização, dos que se posicionaram contrariamente, houve empate entre católicos e evangélicos (QUINTÃO, 2016, p.278).

De acordo com Barroco (2015), tratar as manifestações da “questão social” como problema de ordem moral oculta às determinações socioeconômicas e reifica as relações sociais e o irracionalismo.

Deste modo, os Assistentes Sociais na contemporaneidade são cada vez mais desafiados a consolidarem o projeto ético-político, a se posicionarem a favor da classe trabalhadora, a decifram as diversas expressões da “questão social” e a se qualificarem para resistir e lutar contra a ofensiva neoconservadora, para não caírem nas armadilhas da direção societária neoliberal e no projeto profissional conservador.

## Considerações finais

A reflexão apresentada neste texto não tem como intuito ser tomada como única verdade e tampouco se dar por encerrada; justamente ao contrário, pois o propósito é de gerar novas formulações, indagações e reflexões. Contudo, ela evidencia a presença da religião ao longo da história do Serviço Social na disputa de um projeto profissional atrelado ao conservadorismo e ao neoconservadorismo.

A relação da religião com o Serviço Social brasileiro se dá desde sua gênese, pois a formação escolar, o exercício profissional e o ideário das primeiras Assistentes Sociais eram pautados na doutrina da Igreja Católica, visando a consolidação de um projeto societário cristão.

O processo de legitimação, consolidação e tecnificação da profissão no Brasil se deu com o arranjo teórico-doutrinário, pois se utilizava da perspectiva teórica positivista e da doutrina da Igreja Católica na sua formação e no seu exercício profissional.

<sup>6</sup> A pesquisa de Quintão (2016, 261) tinha como objetivos “[...] verificar se assistentes sociais reconhecem entre as demandas da população usuária dos serviços prestados, aquelas referidas a crenças, pertencimento religioso e espiritualidade”.

Além disso, foi identificada a presença do pensamento da Igreja Católica no primeiro momento do processo de renovação do Serviço Social, uma vez que a visão do São Tomás de Aquino estava presente no discurso e na ideologia dos Assistentes Sociais, que buscavam a modernização da profissão.

O ensaio identificou que a profissão buscou romper com o conservadorismo na contemporaneidade, inclusive na tentativa de se desvincular da Igreja Católica, conseguindo se qualificar e amadurecer, tornando-se referência dentro das Ciências Sociais Aplicadas e alcançando uma organização legal e enquanto categoria contendo um projeto profissional vinculado com a classe trabalhadora. No entanto, o projeto ético-político encontra-se ameaçado em função da ofensiva neoliberal-ultraneoliberal e do neoconservadorismo, nos quais o discurso e posicionamento moralista e conservador com bases confessionais tem aparecido no cotidiano profissional de alguns Assistentes Sociais e numa suposta organização política, o que indica que a disputa pelo projeto profissional se encontra presente.

Deste modo, faz-se necessário estudar sobre o avanço da influência da religiosidade no Serviço Social na contemporaneidade, conhecendo os espaços sócio-ocupacionais vinculados com a religião, como também o posicionamento dos profissionais frente às manifestações da “questão social” e o processo de formação dos profissionais.

A profissão deve-se manter atenta e qualificada para decifrar as determinantes da “questão social” e deve continuar na luta e na defesa do projeto profissional hegemônico, defendendo os valores e princípios presentes do projeto ético-político, defendendo uma profissão e um estado de direito laico, para não perder a base e a direção da profissão, que foi construída com a intenção de romper com o conservadorismo.

Assim sendo, o debate iniciado neste ensaio não se encerra aqui, pois precisa de mais aprofundamento sobre a presença da religiosidade na conjuntura social e profissional.

## Referências

ANDERSON, P. O Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro - 1947 a 1961. In: **Serviço Social e Realidade**, v. 17, p. 283-316, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13> Acesso em: 07 ago. 2023

AGUIAR, A.G. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 5. ed. 1995.

BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto éticopolítico. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 08 ago. 2023.

BARROCO, M. L. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. IN: **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 09 ago. 2023.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BATISTA, D. B. e COELHO, M. I. S. O debate da religião no Serviço Social: fundamentos e exercício profissional. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luis. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: UFMA, v.1, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-debate-da-religiao-no-servico-social-fundamentos-e-exercicio-profissional.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional dos assistentes sociais 1947**. Brasília: CFESS. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1947.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf) Acesso em: 14 de julho de 2023a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do assistente social 1975**. Brasília: CFESS. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1975.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf) Acesso em: 27 de julho de 2023b.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CISNE, M., CANTALICE, L. B. de O. e ARAÚJO, L. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, 2020 Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32167> Acessado em 29 de agosto de 2023

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? IN: **Serviço Social e Sociedade**, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, S. M. S. e CORTES, T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. IN: BRAVO, M.I.S. et. al. (Org). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GUEDES, O. S. A influência do neotomismo da gênese do Serviço Social Brasileiro. In: **Serviço Social em Revista**, UEL, v. 4, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). ABEPSS, Grafline, Brasília, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO R.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO. J. P. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009

NETTO. J. P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. IN: MOTA, A. E. et all (ORGS) – **Serviço Social e Saúde Formação e trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez Editora, 2006. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2023.

PAVÃO, A. A 1945. IM. B., **O princípio de autoderminação no Serviço Social: visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 1981.

QUINTÃO, G. F. Liberdade e intolerância religiosa no Brasil: tendências e desafios para o Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, v. 25, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/5413/3988> Acesso em: 12 de agosto de 2023.

SEMERARO, G. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. *In: O Social em Questão*, v. 39, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017. Disponível em [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_39\\_art\\_6\\_Semeraro.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_6_Semeraro.pdf) Acesso em: 09 de agosto de 2023.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o Popular**: Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. Disponível em: [http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O\\_significado\\_socio-historico\\_da\\_profissao%20Yasbek.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-historico_da_profissao%20Yasbek.pdf) Acesso em: 10 de agosto de 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2023.

YAZBEK, M. C. A Escola de Serviço Social no período de 1936. *IN: Cadernos PUC*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1980.

Recebido em 07 de setembro de 2023.

Aceito em 18 de dezembro de 2023.